



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE

---

Às 09h37min do dia 13 do mês de dezembro de 2023, reuniram-se em caráter ordinário os membros do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Aldeia-Beberibe: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha do Estado de Pernambuco (SEMAS/PE), Exército Brasileiro – Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), Prefeitura Municipal de Igarassu, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Usina São José, Associação Águas do Nordeste (ANE) e Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN), além de servidores da CPRH e representantes da comunidade, para debaterem sobre a seguinte pauta: **a) Aprovação das atas das reuniões anteriores; b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes; c) Deliberação sobre alteração no regimento interno no que trata da Secretaria Executiva do Conselho; d) Atualização sobre a revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba; e) Atualização sobre a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA; f) Atualização sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano; g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos de Exército no CIMNC; h) Informes gerais.** Na função de gestora da APA Aldeia-Beberibe e Presidente do Conselho Gestor, iniciei a sessão dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Diante da pauta extensa, pedi a compreensão dos conselheiros no sentido de que seus pronunciamentos fossem sucintos a fim de que não restasse nenhum item pendente ao final da reunião. Ao entrar na pauta, iniciamos pelo item **a) Aprovação das atas das reuniões anteriores;** as atas das reuniões ordinárias realizadas nos dias 28 de junho e 14 de setembro de 2023 foram aprovadas por unanimidade, sem alterações. Passamos ao ponto de pauta **b) Posse dos novos conselheiros titulares e suplentes;** não havendo novos conselheiros a tomar posse, passamos ao ponto de pauta **c) Deliberação sobre alteração no regimento interno no que trata da Secretaria Executiva do Conselho.** Na ocasião, contextualizei que venho, sem equipe, acumulando a gestão da Estação Ecológica (Esec) Caetés com a gestão da APA Aldeia-Beberibe, as quais têm perfis e necessidades muito diferentes, o que vem impossibilitando o acompanhamento adequado das demandas dos Conselhos Gestores de ambas as Unidades, já que tenho me desdobrado entre a gestão das UCs e as Presidências e Secretarias Executivas dos respectivos Conselhos. Diante de tal situação, na reunião anterior foi proposta a discussão sobre alteração do regimento interno do Conselho no que trata de sua Secretaria Executiva, de modo a permitir que um conselheiro possa assumir as tarefas atribuídas à função, uma vez que o atual regimento restringe a função a um servidor da CPRH. Rememorei que tal definição foi posta à época da elaboração do regimento interno do Conselho como forma de estimular a Agência a alocar mais servidores na equipe gestora da APA Aldeia-Beberibe, mas o objetivo não foi atingido mesmo após quase nove anos de sua aprovação. A conselheira Mônica



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

34 Rocha, da Usina São José, questionou se há previsão de quórum diferenciado para alteração do  
35 regimento interno e qual seria o prazo de vigência da assunção da função da Secretaria Executiva;  
36 após verificar as disposições do regimento, respondi que não há necessidade de quórum  
37 diferenciado, a alteração é possível por maioria simples em reunião da Plenária, e que o prazo não é  
38 definido já que a função seria exclusiva de um servidor da CPRH, mas que no caso de alteração pode  
39 ser deliberado pela Plenária e incluído. A conselheira Ana Carolina Lins, da UFRPE, questionou quais  
40 são as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho, e respondi que se resumem a assessorar  
41 administrativamente a presidência do Conselho, organizando e arquivando documentos, recebendo  
42 sugestões de pauta e documentos de interesse do Conselho, elaborando pauta e atas das reuniões,  
43 encaminhando convocações de reuniões; salientei, no entanto, que sendo tais atribuições  
44 inevitavelmente teriam que ser compartilhadas com a presidência do Conselho caso seja eleito um  
45 conselheiro externo à CPRH para a função, uma vez que é importante que todos os documentos  
46 sejam arquivados nesta Agência para registro. Comentei ainda que as atividades que mais me  
47 sobrecarregam são a elaboração das atas e a convocação das reuniões, pois muitas vezes perco o  
48 prazo regimental pela alta demanda de atribuições. A conselheira Bruna Bezerra, da UFPE,  
49 questionou se não seria possível deixar as datas das reuniões já agendadas para auxiliar a questão da  
50 convocação, mas lembrei que já deixamos o calendário anual de reuniões pré-agendado na última  
51 reunião do ano anterior (inclusive devemos definir o calendário de reuniões de 2024 nesta reunião),  
52 mas de toda forma a convocação formal não pode deixar de ser feita até para lembrar os  
53 conselheiros do compromisso. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, questionou se de fato a CPRH  
54 não tem servidor disponível para assumir a Secretaria Executiva do Conselho, considerando que seria  
55 uma função de apoio e não demandaria o tempo de trabalho integral de um servidor, mas que seria  
56 difícil para um conselheiro externo assumir as atribuições de forma satisfatória. Respondi que eu já  
57 tentei articular internamente esse apoio formal, mas sem sucesso. O conselheiro Anselmo Bezerra,  
58 do IFPE, comentou que entende que a mera indicação de um conselheiro para assumir a Secretaria  
59 pode não resolver a questão, tendo em vista que na ausência de tal conselheiro na reunião  
60 voltaríamos à mesma situação, de modo que entende que a melhor solução seria realmente que a  
61 CPRH indicasse um servidor para assumir a função. A conselheira Mônica Rocha, da Usina São José,  
62 concordou e levantou ainda outro fato: que conselheiro teria condições e interesse de assumir a  
63 função? Continuou afirmando que, por outro lado, considerando que Presidência é assumida pela  
64 Secretaria Executiva e vice-versa, em suas ausências, caso a presidente tenha algum impedimento o  
65 Conselho teria problemas até mesmo para ser convocado na situação em que estamos. Nesse  
66 sentido, a conselheira afirmou que antes de alterar o regimento é importante que o Conselho



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

67 pressione a CPRH para que indique um servidor para assumir a Secretaria Executiva do nosso  
68 Conselho. Complementarmente, a conselheira Edneida Cavalcanti, da ANE, comentou que diante das  
69 diversas Unidades de Conservação criadas pelo Governo do Estado e geridas pela CPRH, que  
70 demandam um mínimo de estrutura e organização, seria muito conveniente e oportuno que a  
71 Agência tivesse uma secretaria executiva que atendesse a vários Conselhos Gestores. Afirmou que  
72 não se trata de “querer ou não querer” assumir a função da Secretaria Executiva do Conselho, mas  
73 considerando que o fórum tem participação voluntária e que cada representante já acumula diversas  
74 outras funções em suas respectivas instituições, fica muito difícil conseguir conciliar mais uma de  
75 forma adequada. A proposta da conselheira Monica, da Usina São José, para que o Conselho  
76 encaminhe um documento à CPRH solicitando que indique um servidor para assumir a Secretaria  
77 Executiva do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe, endossada pelo conselheiro Herbert Tejo, do  
78 FSaA, foi submetida à votação e acatada por unanimidade pela Plenária. A deliberação sobre a  
79 proposta de alteração do regimento interno no que trata sobre a Secretaria Executiva do Conselho  
80 foi então suspensa até que tenhamos retorno oficial da CPRH sobre a questão. Os pontos de pauta  
81 seguintes são devolutivos da SEMAS em relação a projetos de interesse da APA, de modo que passei  
82 a palavra a conselheira Maíra Braga, da SEMAS. Sobre o item **d) Atualização sobre a**  
83 **revisão/elaboração dos planos de manejo da APA e do RVS Mata de Miritiba**, Maíra informou que  
84 não tem grandes novidades; o Programa UC Pernambuco foi finalizado por ter chegado ao fim de seu  
85 prazo, em setembro, sem ter alcançado um percentual mínimo dos resultados esperados. No caso do  
86 Agrupamento Aldeia, que envolvia os planos de manejo da APA Aldeia-Beberibe e do Refúgio de Vida  
87 Silvestre (RVS) Miritiba, apenas foi apresentado o diagnóstico ambiental parcial, restando a sua  
88 complementação, bem como o zoneamento e os programas de manejo que compõem o plano de  
89 manejo propriamente dito. Diante da finalização do contrato com o ITEP, afirmou que a SEMAS está  
90 estudando qual alternativa será viabilizada para a finalização do processo, informando que o  
91 Ministério Público de Pernambuco (MPPE) vem acompanhado o caso no que trata das Unidades de  
92 Conservação (UCs) da Região Metropolitana do Recife (RMR). Informou que o tema Unidades de  
93 Conservação foi eleito como um dos três prioritários para a atual gestão estadual e que a Secretaria  
94 de Projetos Estratégicos (SEPE) junto com a SEMAS tem estudado que estratégia deve ser seguida  
95 para implantar efetivamente essas áreas protegidas, iniciando pela priorização de algumas delas.  
96 Complementou que no caso específico da APA Aldeia-Beberibe, entende que é necessário fazer um  
97 encaixe de oportunidades, prioridades e pertinência de momento e de caminho institucional, para  
98 que possamos chegar ao melhor resultado, observando o tempo oportuno de alterar o plano de  
99 manejo, uma vez que até podemos avançar em algumas discussões, mas tem algumas situações de



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

100 zoneamento que certamente teríamos dificuldade de avançar agora, por exemplo. Entretanto,  
101 entende que algumas discussões podem ser adiantadas no GT interno do Conselho que acompanha a  
102 revisão do plano de manejo, numa parceria entre SEMAS, CPRH, Conselho e parceiros, uma vez que  
103 não existe uma nova contratação definida, e que diante de impasses no território a discussão do  
104 zoneamento fica prejudicada, mas que na sua visão precisamos fazer essa análise de pertinência e  
105 melhor estratégia para que o plano de manejo não fique inviabilizado e surta os efeitos que  
106 queremos para conservação e desenvolvimento sustentável. A conselheira Edneida, da ANE,  
107 questionou a Máira se a SEMAS tem feito uma avaliação de aprendizado institucional, questionando  
108 o que levou ao contrato chegar ao fim sem atingir minimamente seus objetivos, inclusive em termos  
109 de aplicação de recursos. A conselheira Máira respondeu que eles têm feito essa avaliação sim, e que  
110 no caso do Programa UCs Pernambuco, apesar de se tratar de um programa complexo com a  
111 previsão de muitos estudos sendo realizados paralelamente, em sua visão a grande questão foi a  
112 dificuldade institucional gerencial do ITEP, que gerou uma sucessão de atrasos e dificuldades. No que  
113 se trata da aplicação dos recursos financeiros, Máira comentou que os recursos não são perdidos  
114 uma vez que somente eram pagos os produtos recebidos e aprovados, devendo o saldo  
115 remanescente ser devolvido à CPRH, já que a fonte dos recursos foi a compensação ambiental, até o  
116 redesenho da nova estratégia para elaboração dos planos de manejo. A conselheira Monica, da Usina  
117 São José, comentou que na sua visão o problema não foi somente a gestão do ITEP, já que a forma  
118 de contratação por lotes de agrupamentos complicou ainda mais o processo, já que na maioria dos  
119 casos envolvia valores baixos para estudos em unidades muito distantes entre si e/ou de categorias e  
120 contextos territoriais muito diferentes, o que inviabilizou a participação de muitas instituições por  
121 desinteresse, ou mesmo prejudicou o andamento dos trabalhos daquelas que foram subcontratadas  
122 pelo ITEP; além disso, pontuou a falta de fiscalização dos termos e prazos contratuais, que poderia  
123 ter minimizado o problema. Por fim, a conselheira Monica sugeriu que a nova gestão da SEMAS  
124 observe essas questões antes de fazer uma nova contratação. Comentei que uma outra questão  
125 importante relacionada a aprendizado institucional a ser observada é a necessidade de equilibrar a  
126 capacidade técnica operacional da própria SEMAS/CPRH ao contrato a ser firmado, já que se torna  
127 difícil acompanhar/fiscalizar um contrato com um grande número de produtos sendo desenvolvidos  
128 paralelamente com uma equipe pequena. A conselheira Cristiane Lucena, do CEPAN, reforçou que os  
129 agrupamentos realmente precisam ser bem desenhados, de modo que se tenha benefícios de fazer  
130 uma análise integrada mas que seus produtos sejam individualizados, de modo que um dado  
131 problema em apenas uma das unidades não impeça a entrega dos produtos das demais, como  
132 aconteceu no agrupamento metropolitano oeste do Programa UCs Pernambuco. No caso específico



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

da APA, a conselheira Cristiane avaliou que o ITEP de fato teve muita dificuldade de conduzir o processo como um todo, dificultando sobremaneira o andamento dos trabalhos; informou, inclusive, que até o momento o ITEP não formalizou às subcontratadas, como o CEPAN, que o contrato com a SEMAS foi encerrado, ainda que reste o pagamento de mais de R\$ 80 mil à entidade relacionados aos produtos entregues ao ITEP. Por fim, Cristiane sugeriu que a SEMAS considere a continuação dos estudos que foram realizados através das entidades subcontratadas de modo a não perder o investimento, já que o diagnóstico é a etapa mais laboriosa e já parcialmente vencida. Questionei a Maíra Braga se, diante do diagnóstico ambiental realizado pelo ITEP/CEPAN entregue, aprovado e pago, se poderíamos utilizar as informações nele levantadas como dados oficiais, considerando que os dados agregam muita informação e valor em termos de conservação aos dados já desatualizados do atual plano de manejo, que data de 2012. A conselheira Maíra esclareceu que o produto do Agrupamento Aldeia entregue pelo ITEP foi o diagnóstico ambiental parcial, e que todos os produtos entregues pelo ITEP à SEMAS até dezembro de 2022 foram aprovados e pagos, mas que tem conhecimento de produtos entregues pelas subcontratadas que não chegaram à SEMAS em tempo hábil para apreciação. Comentou que no dia anterior à finalização do prazo do contrato o ITEP encaminhou vários desses produtos para a SEMAS, sendo inviável qualquer apreciação, o que motivou o encaminhamento de processo à Câmara de Conciliação Estadual, onde será analisada formalmente a possibilidade de apreciar, aprovar e pagar tais estudos. A conselheira Ana Carolina, da UFRPE, comentou que é necessário pensar em estratégias diferentes para contexto diferentes, considerando o fato de as UCs terem ou não gestão instituída, Conselho Gestor ativo ou inativo etc., pois não faz sentido investir recursos igualmente numa área que nunca teve nem tem previsão de ter gestão e em outras como APA Aldeia-Beberibe, com gestão ativa e atuante. Lembrou que legalmente os planos de manejo tem 5 anos de validade, devendo ser revisados depois desse prazo, e afirmou que não faz sentido investir em planos para áreas que não tem sequer previsão para gestão efetiva. Falou ainda que embora o Conselho tenha instituído um GT interno para acompanhar a revisão do plano de manejo, não houve discussão em grupo para validação dos produtos apresentados, apesar de os da APA Aldeia-Beberibe terem sido encaminhados ao GT. A conselheira demonstrou incomodo ao afirmar que muitas vezes os recursos (dinheiro, tempo e empenho) são revertidos apenas em “papel nas prateleiras”, quando os planos de manejo não têm equipe para implementá-los, ao tempo em que lembra que em 2012 foi nomeada conselheira do RVS da Mata da Usina São José em uma grande cerimônia com a presença do Governador do Estado, mas que na prática o Conselho nunca existiu. Comentou, por fim, que o plano de manejo do Parque Estadual Dois Irmãos (PEDI) foi revisado voluntariamente pela UFRPE em parceria com a gestão e alguns conselheiros, com muito



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

166 esforço mas sem grandes contextualizações, resultando num produto completo e todo mapeado, e  
167 ainda gerando oportunidades de treinamento para os estudantes da universidade; assim, sugeriu  
168 que a SEMAS faça vínculos com a academia para agregar interesses, repensando fluxos para buscar  
169 soluções que otimizem recursos. O conselheiro Herbert, do FSaA, reiterou a viabilidade da estratégia  
170 apontada pela conselheira Ana Carolina e comentou que a necessidade de o Conselho também faça  
171 uma autocrítica para a forma que está atuando, tendo em vista que desde o início o objeto do  
172 Programa UCs Pernambuco se demonstrava inviável e não contestamos firmemente seu formato.  
173 Herbert questionou a Maíra de que forma o processo para continuidade da revisão do plano de  
174 manejo se dará, se pela SEMAS ou pela CPRH, para o qual ela respondeu que deve ser conduzido pela  
175 SEMAS mas construído conjuntamente com o Conselho no caso da APA Aldeia-Beberibe, tendo em  
176 vista as possibilidades levantadas. Seguimos então ao ponto de pauta seguinte **e) Atualização sobre**  
177 **a correção do decreto dos corredores ecológicos da APA;** também se tratando de uma pauta  
178 conduzida pela SEMAS, rapidamente contextualizei a situação de insegurança jurídica em que se  
179 encontra as disposições que dizem respeito aos corredores ecológicos da APA em virtude da falta de  
180 publicação do mapeamento, sobretudo do ponto de vista de gestão técnica em pareceres no  
181 licenciamento ambiental de atividades. O conselheiro Herbert, do FSaA, por sua vez, lembrou que  
182 temos perdido floresta para supressão de vegetação nativa de Mata Atlântica “regularizada” pela  
183 CPRH por conta dessa insegurança jurídica; comentou que o MPPE tem acompanhado a questão e  
184 mencionou trechos de ata de audiência ministerial realizada no último dia 17 de novembro sobre o  
185 assunto, em fala atribuída ao Secretário Executivo de Meio Ambiente, Sr. Walber Santana, que  
186 afirma que haveria “intenções de implementações de políticas públicas para o local da APA Aldeia-  
187 Beberibe que, aparentemente, poderia haver conflito com o desenho original proposto para o  
188 corredor ecológico”, “(...) a SEMAS ainda está avaliando sobre a oportunidade e conveniência sobre  
189 qual o desenho do corredor ecológico será o mais adequado”, “(...) a SEMAS está conduzindo de  
190 forma democrática o diálogo acerca dos empreendimentos Escola de Sargentos e Arco  
191 Metropolitano, e que existe um termo de compromisso firmado entre o Governo do Estado e o  
192 Exército desde o ano passado para a implantação da Escola de Sargentos e esse compromisso precisa  
193 ser considerado”. Sobre os trechos comentou que, em sua compreensão, é um absurdo contestar um  
194 estudo completo elaborado de forma participativa e seu respectivo mapeamento original  
195 consolidado e legalmente instituído em 2019 com a mera intenção de projetos previstos  
196 posteriormente, ou seja, o Estado está atribuindo mais importância a acordos de intenções do que a  
197 decretos estaduais previamente estabelecidos, deixando claro que a SEMAS não reconhece o decreto  
198 que estabeleceu o corredor ecológico. Em sua opinião, se essa é a posição do Governo do Estado de



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

199 Pernambuco, deveriam revogar o decreto e assumir as consequências de tal ato, e não simplesmente  
200 descumpri-lo. O conselheiro informou que o Fórum Socioambiental de Aldeia vai remeter  
201 manifestação ao MPPE questionando fortemente a posição da SEMAS registrada na referida  
202 audiência ministerial. O conselheiro Anselmo, do IFPE, lembrou da história de criação das APAs  
203 Aldeia-Beberibe e de Santa Cruz, vindas como promessas de governo para aumentar as áreas  
204 protegidas no Estado, mas que ao não serem efetivamente implementadas são objetos de cobrança  
205 da sociedade civil, que tensiona para cobrar ações nesse sentido. Continuou afirmando que o pilar  
206 ambiental das decisões políticas historicamente tem ficado somente na propaganda, mas na prática  
207 o pilar econômico está sempre se sobrepondo, inclusive, no caso dos corredores ecológicos da APA,  
208 desconsiderando estudos ambientais anteriores construídos tecnicamente em bases sólidas, o que  
209 não faz o menor sentido dos pontos de vista espacial e temporal. Entende que o nosso papel  
210 enquanto Conselho Gestor é justamente tensionar para a discussão na lógica do que foi construído  
211 historicamente, ao longo dos anos, com a criação de áreas protegidas, uma vez que os governos  
212 passam e muitas vezes não têm a dimensão e da complexidade criada a partir do momento em que  
213 se cria uma Unidade de Conservação. Comentou que os governos precisam compreender que ao  
214 instituir uma UC e seu Conselho Gestor, eles legitimam a sociedade civil a fazer parte da gestão  
215 compartilhada do território, e a gestão ambiental de fato precisa ser considerada efetivamente como  
216 um dos pilares nas tomadas de decisão política. O Sr. Edvaldo Barbosa, do Movimento Negro  
217 Unificado, representante da comunidade presente na reunião, pediu a palavra para falar da  
218 importância das áreas de corredor ecológico e em como tem visto animais mortos em travessias de  
219 áreas florestais, mencionando o caso de uma jaguatirica que foi encontrada morta por  
220 atropelamento à margem da PE 27 na APA; falou sobre os muros que se multiplicam entre as  
221 propriedades, deixando ainda mais vulnerável a fauna que precisa se deslocar entre os  
222 remanescentes de Aldeia, além das milícias que tem loteado áreas de mata ocasionando em cada vez  
223 mais desmatamento, enquanto o poder público do estado e dos municípios não dão conta de conter,  
224 além dos condomínios que vem se alastrando; falou ainda que alguns políticos locais tem colocado a  
225 população pobre de Aldeia contra o Fórum Socioambiental dizendo inverdades de que o Fórum é  
226 contra a Escola de Sargentos, que as crianças estudarão nela e que serão gerados muitos empregos  
227 para o povo local, quando se sabe que não é assim e que o que será compartilhado somente serão  
228 somente as consequências dos impactos ambientais. Voltando ao assunto dos corredores, a  
229 conselheira Maíra, da SEMAS, voltou a contextualizar o histórico do processo dos corredores na  
230 SEMAS, remetendo ao final da gestão anterior, quando o processo chegou a ser encaminhado à  
231 Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador, mas por ocasião de mudança de gestão



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

232 voltou à SEMAS, quando foi reavaliado na intenção de publicar e corrigir o erro, ocasião em que se  
233 entendiam ser meramente material. No entanto, disse que depois verificaram conflitos de interesses  
234 com outras políticas públicas e definiram a criação de um grupo de trabalho temporário entre os  
235 jurídicos da SEMAS, CPRH e Procuradoria Geral do Estado para se definir o encaminhamento a ser  
236 dado, e tudo está sendo acompanhado pelo MPPE. Maíra completou afirmando que a ideia de  
237 realizar estudos de valoração de serviços ecossistêmicos na APA Aldeia-Beberibe agrega a esse  
238 processo como um fator positivo para a conservação. Finalizou afirmando que se preocupa com a  
239 possibilidade de revogação do decreto, uma vez que ele, mesmo que incompleto, garante um certo  
240 grau de formalização do corredor, ainda que sem sua delimitação. Comentei que eu, enquanto  
241 gestora técnica da UC, no momento em que me pronuncio mencionando a existência do corredor  
242 ecológico que não tem sua delimitação expressa no decreto que o criou, trago uma insegurança  
243 jurídica para meus pareceres e me vejo numa posição extremamente delicada, uma vez que ao  
244 mesmo tempo não posso deixar de mencionar um estudo com trâmites iniciados em 2013, do qual  
245 acompanhei todo o desenvolvimento a partir de 2015 até hoje. Os conselheiros Monica, da Usina São  
246 José, Herbert, do FSaA, e Edneida, da ANE, propuseram o encaminhamento de documento formal às  
247 SEMAS solicitando a publicação do mapeamento dos corredores ecológicos da APA Aldeia-Beberibe,  
248 o que foi acatado por unanimidade pela Plenária. Passamos então ao ponto de pauta **f) Atualização**  
249 **sobre o projeto do Arco Viário Metropolitano;** sobre esse assunto, recordei que nas reuniões  
250 passadas deliberamos por convidar alguém da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para  
251 participar de nossa reunião para que nos atualizassem acerca do andamento do projeto,  
252 especialmente sobre o Lote 1/Trecho Norte, pela possível interferência na APA Aldeia-Beberibe. No  
253 entanto, informei que não consegui entrar em contato com alguém responsável pelo projeto naquela  
254 secretaria que pudesse nos atualizar. Diante do insucesso, o conselheiro Herbert, do FSaA, propôs  
255 que formalizássemos o convite em nome do Conselho Gestor, o que foi acatado por unanimidade  
256 pela Plenária. A conselheira Edneida, da ANE, rememorou que nas últimas reuniões também foi  
257 levantada a necessidade de levar ao Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco  
258 (CONSEMA/PE) a vulnerabilidade da APA Aldeia-Beberibe frente a grandes empreendimentos que  
259 pretendem se instalar em seu território e podem impactar fortemente os atributos naturais que  
260 justificaram a sua criação. Comentei que esses assuntos sempre são levados ao conhecimento do  
261 CONSEMA por mim (conselheira estadual indicada pela minha classe sindical) e outros conselheiros  
262 da sociedade civil daquele fórum, mas que infelizmente não são pautados com o devido  
263 aprofundamento. No entanto, depois de 2 anos exprimindo nossas preocupações ao CONSEMA,  
264 finalmente o projeto da ESA foi pautado, ainda que somente para ouvir a parte interessada – o



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

Exército Brasileiro, em uma dinâmica similar ao que foi realizado nas audiências públicas na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). De acordo com a Presidente do CONSEMA e Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado, a Sra. Ana Luíza Ferreira, conforme solicitação dos conselheiros, será agendada nova reunião daquele Conselho para ouvir o Fórum Socioambiental de Aldeia, mas ainda sem data definida. Nessa oportunidade, o Fórum poderá apresentar a questão do Arco Viário atrelada com o projeto da ESA, como já vem fazendo nos espaços onde tem apresentado o contraponto da sociedade civil organizada. Finalizado esse ponto, passamos ao item **g) Atualização sobre o projeto da Escola de Sargentos do Exército no CIMNC**. Considerando que o Fórum Socioambiental de Aldeia foi eleito como representante titular do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe no Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Governo de Pernambuco por meio do Decreto Estadual nº 54.683/2023 para acompanhar a implantação da Escola de Sargentos, e que este Conselho ainda não teve oportunidade de apreciar a argumentação defendida para proteção da Unidade de Conservação, passei a palavra ao conselheiro Herbert Tejo para fazer a apresentação que tem levado ao GT e a outros espaços de discussão do tema. Antes de iniciar, o conselheiro Anselmo, do IFPE, questionou se o ofício solicitando a minha participação no GT enquanto assessoria técnica foi encaminhada à SEMAS e à CPRH, ao qual eu respondi que não, pois ainda não foi possível coletar as assinaturas dos conselheiros que deliberaram pela aprovação da proposta, como ficou acordado na reunião ordinária do dia 14 de setembro, mas que o conselheiro Herbert está coletando as assinaturas nesta reunião. Antes de iniciar a apresentação, Herbert atualizou a Plenária dos acontecimentos desde a nossa última reunião, informando que participou da terceira reunião ordinária do GT, onde o Exército respondeu a alguns questionamentos levantados pelo Fórum na segunda reunião, que em resumo descartavam as alternativas locais apontadas pelo FsaA para a ESA sem justificativas plausíveis; informou que o Fórum conseguiu articular duas reuniões com o Ministro da Defesa José Múcio, em Brasília, e que nesse intervalo ainda ocorreram as duas audiências públicas na ALEPE para tratar da ESA, uma destinada a ouvir o Exército e outra destinada a ouvir a sociedade civil, ocasião em que realizou a apresentação ora compartilhada. Na apresentação, o conselheiro Herbert destacou que o Exército já está na quarta revisão do projeto desde o início das discussões, tendo passado de uma área de 150 hectares na primeira versão para 189 na segunda, voltando a cerca de 150 hectares na terceira versão e agora passando a cerca de 94 hectares na quarta. Salientou que no estudo ambiental elaborado pela instituição e demais documentos encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF), o Exército se comprometeu a respeitar integralmente a legislação ambiental vigente, e é nessa afirmação que a argumentação do Fórum se baseia para cobrar a necessidade de alteração do projeto, considerando o arcabouço de



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

proteção legal do território – Lei Estadual de Proteção de Mananciais, Lei da Mata Atlântica, Lei de Proteção à Vegetação Nativa e os decreto de criação da APA Aldeia-Beberibe e seu corredor ecológico. Entre outras informações, Herbert apresentou o estudo de relevo elaborado pelo Fórum com base nos dados do projeto Pernambuco Tridimensional (PE 3D) com a delimitação das bordas de tabuleiro caracterizadas como áreas de M1 de proteção de mananciais, com alta restrição ao uso e ocupação do solo e vedação de supressão de vegetação, demonstrando a necessidade de diminuição da área inicialmente planejada para o projeto. Em seguida, apresentou as áreas alternativas estudadas pelo Fórum sob as mesmas circunstâncias, em áreas contíguas ao CIMNC nas imediações da sede do município de Araçoiaba, além da área inserida no interior do próprio campo de instrução, também em Araçoiaba, que atenderia aos requisitos apresentados pelo Exército para a instalação da ESA e também respeitaria a legislação ambiental. Salientou ainda que a alternativa ao Arco Viário defendida pelo Fórum, conhecida como “Arrudeia”, que circunda a APA Aldeia-Beberibe, também atenderia perfeitamente as alternativas à ESA apresentadas. No entanto, como já tinha adiantado, o Exército descartou todas as alternativas propostas sob a alegação de que ficaria muito distante do hospital e da escola militares, em Recife. Diante do impasse, como também já adiantado, o Fórum articulou reuniões em Brasília com o Ministro da Defesa junto aos deputados federais Túlio Gadelha e Coronel Meira, na tentativa de sensibiliza-lo acerca das preocupações da sociedade civil acerca do projeto do ponto de vista de proteção ambiental; depois de muitas discussões, foi construída conjuntamente uma proposta de acordo (ainda não formalizada) para evitar a judicialização do processo nos seguintes termos, no qual o Exército e demais envolvidos garantiriam: 1 - a transferência das vilas militares para uma área ao longo da Estrada do Mussurepe, a ser adquirida pelo Governo de Pernambuco; 2 - a manutenção da ESA e do batalhão de apoio nas localizações e dimensões propostas na última reunião do GT estadual; 3 - a compensação ambiental a ser executada seria de 940 hectares em área de dominialidade do Exército, a ser iniciada antes da supressão vegetal, na bacia do Botafogo à montante do reservatório de Botafogo, a ser adquirida com recursos de emendas parlamentares e/ou pelo Governo de Pernambuco; 4 - o compromisso do Governo do Estado de que o projeto do Arco Viário contornará a APA Aldeia-Beberibe; e 5 - as sugestões estarão estabelecidas em termo de compromisso firmado entre Governo do Estado de Pernambuco, Exército Brasileiro, Ministérios Públicos Federal e Estadual, representantes dos parlamentos federal e estadual e uma representação da sociedade civil do Conselho Gestor da APA Aldeia-Beberibe. O conselheiro Herbert salientou que o documento teve uma construção muito complexa e que não tem garantia de que será implementado, tendo sido um exercício no sentido de buscar uma alternativa equilibrada para a questão. No entanto, deixou claro que não defende



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

nenhum tipo de desmatamento dentro de uma bacia hidrográfica tão crítica, em um sistema de abastecimento público de água tão crítico; também lembrou que embora os trechos planos nas áreas de tabuleiro da área de proteção de mananciais sejam categorizados como M2, onde há uma menor restrição de uso e ocupação, elas são importantíssimas para a recarga do aquífero subterrâneo, já que a infiltração ocorre principalmente nas áreas planas, ao contrário do que ocorre nos talwegues, cuja drenagem tende a contribuir para os recursos hídricos superficiais. Por fim, lembrou que a Governadora e a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade estão indo para a COP 28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, e se questionou o quão contraditório seria voltarem do evento sobre o clima e anunciarem uma supressão sem precedentes para um bioma em extinção. A conselheira Mônica comentou que o poder público tem que observar o equilíbrio entre o ambiental e o socioeconômico, e citou que inclusive o capítulo sobre meio ambiente na Constituição Federal está dentro do ordenamento social; identificou no trabalho do FsaA o esforço em tentar compatibilizar esses importantes pilares. Os demais conselheiros parabenizaram o conselheiro Herbert pelo estudos e pela apresentação realizada. A conselheira Edneida afirmou que se surpreende muito ao ver que o próprio Estado é um dos principais vetores de degradação ambiental, já que ao aceitar um empreendimento dessa magnitude numa área tão delicada sem condicionar ao conjunto de políticas públicas que limitariam a proposta, além de perceber as incoerências entre o discurso e a prática ao ponto de não ver a um posicionamento das secretarias de governo na defesa da legalidade – e não mais do que a legalidade, em relação ao projeto; lembrou que na primeira audiência pública na ALEPE questionou ao general como que vamos explicar para as gerações futuras, um ente a ser considerado na sustentabilidade, o fato de que será desmatada uma área de floresta madura para a construção de um equipamento que poderia ser em qualquer outro lugar sob o argumento da compensação, que é uma insanidade em tempos de emergência climática; afirmou que o tripé economia – meio ambiente – sociedade precisa ser atualizado para um momento de crise, onde o econômico não pode mais se sobrepor aos demais, ou se resolverão questões em curto prazo gerando consequências graves de médio a longo prazo para meio ambiente e sociedade. O conselheiro Herbert complementou que a narrativa do Exército é construída na dita “sustentabilidade”, onde garantem que haverá ganho ambiental para a APA Aldeia-Beberibe e incremento hídrico no Sistema Botafogo, mas questiona como pode ser sustentável um empreendimento que inicia desmatando quase 100 hectares de um bioma em extinção, sem sequer uma proposta concreta acerca da eventual compensação ambiental. A conselheira Monica se pronunciou no sentido de reconhecer que dificilmente teríamos todo o território do CIMNC restaurado se o Exército não estivesse lá, pois infelizmente a atuação do Estado deixou a desejar ao



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023 DO CONSELHO GESTOR  
DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) ALDEIA-BEBERIBE**

---

364 longo dos anos no quesito de proteção florestal, até mesmo nas áreas definidas como reservas  
365 ecológicas. O conselheiro Gilmar, da Prefeitura de Igarassu, lembrou da situação de emergência que  
366 a cidade de Maceió está passando devido à exploração de mineração pela Braskem, fazendo  
367 referência aos alertas da sociedade civil e da comunidade científica décadas atrás, cujas  
368 preocupações hoje se confirmam. Lembrei que o MPF solicitou pronunciamento do Conselho em  
369 relação aos documentos encaminhados pelo Exército em resposta à manifestação inicial, já  
370 encaminhado aos conselheiros, e informei que diante do meu período de férias entre dezembro e  
371 janeiro solicitei aditamento do prazo para resposta, mas que aguardo as contribuições para compor a  
372 resposta quando de meu retorno ao trabalho. Ao finalizar a discussão desse ponto, seguimos o ponto  
373 **h) Informes gerais;** informei que a CPRH está em vias de assinar um Acordo de Cooperação Técnica  
374 com a UFRPE tendo como objeto o Projeto Surucucus de Aldeia, de modo a destinar a conversão de  
375 multas ambientais na aquisição de materiais e equipamentos para o desenvolvimento do projeto,  
376 bem como possibilitar o apoio logístico às atividades de campo das equipes de pesquisa; o objetivo  
377 do projeto é entender a dinâmica desses animais no território da APA Aldeia-Beberibe e imediações,  
378 bem como investigar aspectos biológicos da espécie. A conselheira Edneida, da ANE, colocou-se à  
379 disposição para viabilizar acesso ao condomínio Flor da Mata onde recentemente foram registrados  
380 três avistamentos de surucucus, e aproveitou para elogiar o atendimento da Brigada Ambiental de  
381 Camaragibe que atenderam aos chamados rapidamente. Salientei que de fato a atuação deles tem  
382 sido diferenciada e, inclusive, tem nos ajudado atuando em boa parte da região de Aldeia, mesmo  
383 fora dos limites de Camaragibe, evitando que esses animais sejam mortos ou fisicamente injuriados.  
384 A conselheira Edneida informou que nesta data se comemora o aniversário de 13 anos da ANE, e os  
385 presentes parabenizaram a entidade e a todos os seus colaboradores. Por fim, estabelecemos o  
386 calendário com datas pré-agendadas para as reuniões ordinárias no ano de 2024: 06 de março, 12 de  
387 junho, 04 de setembro e 04 de dezembro; as datas serão oportunamente confirmadas e os locais  
388 definidos quando de suas convocações formais específicas conforme prazo regimental. Nada mais  
389 havendo a tratar, às 12h44min declarei encerrada a reunião ordinária do Conselho Gestor da APA  
390 Aldeia-Beberibe. Por não haver mais nada a declarar, eu, Cinthia Renata Vieira de Lima, Presidente  
391 do Conselho Gestor, lavro esta Ata que, lida e aprovada, será validada pelos conselheiros presentes  
392 na reunião, conforme registros em anexo. Recife, 13 de dezembro de 2023.